



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO – POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

VALOR ESTIMADO SIGILOSO

MENOR VALOR POR LOTE

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FINS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, SANITIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, RETIRADAS DE POMBOS E MORCEGOS E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES PÚBLICAS E DEMAIS AMBIENTES COLETIVOS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES, PARA OS MUNICÍPIOS VINCULADOS AO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL (CIABC/GO), NO ESTADO DE GOIÁS CONFORME QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

ÍNDICE

1.	3
2.	6
3.	7
4.	Erro! Indicador não definido.
5.	9
6.	10
7.	11
8.	13
9.	16
10.	22
11.	24
12.	25
13.	27
14.	28
15.	32
16.	Erro! Indicador não definido.
17.	36
17.	37
18.	41
20.	43
21.	44
22.	45
23.	48
24.	49
25.	50
26.	50



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a formação de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário e manejo integrado de pragas urbanas, compreendendo, de forma contínua e sob demanda, a execução de atividades de dedetização, desratização, descupinização, sanitização de ambientes, controle de vetores, retirada de pombos e morcegos, bem como limpeza, desinfecção e manutenção de reservatórios de água, poços tubulares, redes sanitárias e demais estruturas correlatas, a serem realizados nas unidades públicas e demais ambientes coletivos dos municípios consorciados ao Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central – CIABC/GO.

1.2. Não se trata de contratação episódica, mas de providência estrutural, voltada à preservação das condições mínimas de salubridade dos ambientes públicos, à proteção da saúde coletiva e à continuidade regular das atividades administrativas, em consonância com o interesse público que informa e legitima a atuação estatal.

1.3. A contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da Lei 14.133/2021, considerando a natureza variável, descentralizada e contínua das demandas dos entes consorciados.

1.4 O Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central – CIABC/GO atuará como **órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços**, competindo-lhe a condução do procedimento licitatório, a consolidação das demandas, a padronização das condições de contratação e a gestão da ata.

1.5. A execução contratual dar-se-á de forma descentralizada, cabendo aos municípios consorciados participantes a formalização dos contratos decorrentes, bem como a gestão, fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, conforme suas necessidades específicas e disponibilidade orçamentária.

1.6. Os serviços objeto da presente contratação classificam-se como **serviços comuns de natureza contínua**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.8. A continuidade dos serviços decorre da necessidade permanente de manutenção das condições sanitárias dos ambientes públicos, não sendo possível sua interrupção sem comprometimento direto da saúde coletiva, da integridade dos espaços públicos e da regularidade das atividades administrativas.



1.9. Para fins de adequada organização da contratação, formação de preços e eficiência operacional, os serviços foram estruturados em lotes, considerando a similaridade técnica, a natureza das atividades e a racionalidade logística da execução.

1.10. A divisão adotada não compromete a competitividade, ao contrário, busca assegurar maior eficiência na execução contratual, padronização dos serviços e economicidade,

Item	Serviço	Unidade	Índice ou Critério Adotado	Quantidade Estimada
LOTE 1				
1	Dedetização, desratização e descupinização	m ²	4,8180 m ² /hab., como índice técnico ajustado de prudência	2.412.619
2	Controle de aves/pombos	m ²	11,9427 m ² /hab. × fator técnico de aplicação parcial de 30%	4.294.100
3	Controle de morcegos	Unidade	0,3044 /hab.	2.774
4	Termonebulização veicular - (serviço prestado em toda extensão de ruas da cidade - 48.000 metros lineares de vias públicas)	serviço/intervenção	0,10429 km/hab, considerado o número de ciclos previstos	1.875
5	Desinfecção e sanitização ambiental	m ²	3,6318 m ² /hab./ciclo	3.068.623
LOTE 2				
1	Limpeza e desinfecção de reservatórios	m ³ higienizado	0,006195 m ³ /hab./ciclo, como índice técnico ajustado de prudência	4.353
2	Limpeza e manutenção de poços tubulares	serviço/intervenção	0,0048 intervenção/hab.	127.404



3	Hidrojateamento/desobstrução de redes	hora/equipe	0,0738 h/hab./ano	36.955
4	Sucção e destinação de resíduos de fossas	m³ higienizado	0,015714 m³/hab./ano	12.869
5	Desentupimento de redes hidráulicas e sanitárias	hora/equipe	0,0738 h/hab./ano	36.955
6	Limpeza de caixas de passagem e gordura	unidade	0,001667 unidade/hab.	3.335
7	Locação de banheiros químicos	Unidade	0,000480 diária/hab.	3.900

1.11. Os quantitativos acima possuem natureza meramente estimativa, resultantes do levantamento consolidado das demandas dos municípios consorciados, não representando obrigação de contratação integral, nos termos do regime jurídico do Sistema de Registro de Preços.

1.12. A presente contratação será operacionalizada por meio do Sistema de Registro de Preços, observando-se as seguintes regras de vigência:

1.12.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da legislação aplicável.

1.12.2. Os contratos administrativos firmados pelos entes consorciados, decorrentes da Ata de Registro de Preços, terão vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, desde que:

- haja previsão no edital e no contrato;
- reste demonstrada a vantajosidade;
- sejam mantidas as condições iniciais da contratação;
- exista disponibilidade orçamentária;
- observado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, aplicável aos contratos de prestação de serviços contínuos.

1.12.3. A execução dos serviços ocorrerá de forma continuada e sob demanda, durante a vigência do contrato, mediante emissão de ordens de serviço pelos órgãos ou entidades contratantes.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

1.12.4. Os serviços deverão ser iniciados conforme prazos definidos em cada ordem de serviço, respeitando os níveis de atendimento e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.13. Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal de Compras e os constantes no Termo de Referência para efeito de execução do serviço, prevalecerão as deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pelo Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central – CIABC/GO, que integra este Termo de Referência para todos os fins, nos termos do art. 18 da Lei 14.133/2021.
- 2.2. O referido estudo técnico demonstrou, de forma fundamentada, a necessidade da contratação, a adequação da solução escolhida e a definição dos quantitativos estimados, com base em critérios técnicos, operacionais e na realidade dos municípios consorciados.
- 2.3. A contratação decorre da necessidade contínua de manutenção das condições de salubridade dos ambientes públicos, visando à prevenção e controle de pragas urbanas, vetores e agentes contaminantes, bem como à adequada higienização de reservatórios de água e estruturas sanitárias.
- 2.4. A ausência de execução sistemática desses serviços compromete as condições de higiene dos ambientes públicos, podendo ocasionar riscos à saúde de servidores, usuários e da coletividade, além de impactar negativamente a regular prestação dos serviços públicos.
- 2.5. Os serviços a serem contratados são essenciais à manutenção das atividades administrativas, educacionais, de saúde e demais serviços prestados pelos municípios consorciados, não sendo possível sua interrupção sem prejuízo ao interesse público.
- 2.6. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, considerando a natureza contínua e variável da demanda, bem como a necessidade de atendimento descentralizado dos municípios consorciados.
- 2.7. A modelagem consorciada permite a padronização dos serviços, ganho de escala e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que assegura flexibilidade para contratação conforme a necessidade de cada ente participante.
- 2.8. Os quantitativos estimados foram definidos com base no levantamento das demandas dos municípios consorciados, considerando:
 - a) o número de unidades públicas existentes;
 - b) a frequência estimada de execução dos serviços;



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

c) as características dos ambientes atendidos;

d) o histórico de contratações similares;

e) a possibilidade de demandas emergenciais.

2.9 Os quantitativos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

2.10 A presente contratação observará os seguintes parâmetros:

Forma de Realização: Pregão Eletrônico;

Sistema de Contratação: Sistema de Registro de Preços – SRP;

Modo de Disputa: Aberto/Fechado.

Regime de Execução: Empreitada por preço unitário

Valor estimado: SIGILOSO

Critério de Julgamento: Menor preço por lote;

Intervalo mínimo entre os lances: R\$ 100,00 (cem reais) no valor do item, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados no âmbito dos municípios vinculados ao Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central – CIABC/GO, no Estado de Goiás, abrangendo as unidades públicas e demais ambientes coletivos indicados pelos entes consorciados participantes.

3.2. A execução dos serviços dar-se-á de forma descentralizada, conforme a demanda específica de cada município, mediante a formalização de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

3.3. Para fins de planejamento e estimativa da contratação, consideram-se os seguintes municípios integrantes do Consórcio:

	Município [-]	Área Territorial - km² [2025]	População censo 2022	Dens. demográfica - hab/km² 2022	População estimada 2025
1	Águas Lindas de Goiás	191,82	225.693,00	1.176,61	245.352,00
2	Anápolis	935,67	398.869,00	426,29	420.300,00
3	Aparecida de Goiânia	279,95	527.796,00	1.885,30	556.021,00
4	Araçu	149,78	3.799,00	25,36	3.840,00
5	Bonfinópolis	121,92	10.296,00	84,45	11.025,00



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

6	Brazabranes	125,33	3.992,00	31,85	4.201,00
7	Caldazinha	251,72	4.507,00	17,90	4.819,00
8	Campestre de Goiás	272,73	3.755,00	13,77	3.879,00
9	Caturai	205,07	5.184,00	25,28	5.352,00
10	Cidade Ocidental	389,99	91.767,00	235,31	101.570,00
11	Damolândia	86,06	2.724,00	31,65	2.753,00
12	Formosa	5.804,29	115.901,00	19,97	121.559,00
13	Goiânia	729,30	1.437.366,00	1.970,90	1.503.256,00
14	Goianira	213,77	71.916,00	336,41	81.495,00
15	Goiás	3.108,42	24.071,00	7,74	24.172,00
16	Inhumas	614,89	52.204,00	84,90	53.884,00
17	Itaberaí	1.461,92	44.734,00	30,60	47.603,00
18	Itaguari	142,65	4.963,00	34,79	5.120,00
19	Itauçu	383,06	7.736,00	20,19	7.636,00
20	Leopoldo de Bulhões	476,14	8.745,00	18,37	9.123,00
21	Luziânia	3.962,11	209.129,00	52,78	221.262,00
22	Nerópolis	204,71	31.932,00	155,98	34.273,00
23	Novo Gama	192,29	103.804,00	539,84	107.663,00
24	Padre Bernardo	3.142,62	34.967,00	11,13	37.207,00
25	Palmelo	59,81	2.259,00	37,77	2.266,00
26	Petrolina de Goiás	530,49	9.573,00	18,05	9.519,00
27	Pires do Rio	1.077,64	32.373,00	30,04	33.736,00
28	Planaltina	2.558,92	105.031,00	41,04	112.304,00
29	Rio Verde	8.374,25	225.696,00	26,95	241.494,00
30	Santa Bárbara de Goiás	140,96	6.149,00	43,62	6.306,00
31	Santa Cruz de Goiás	1.109,01	3.002,00	2,71	3.004,00
32	Santa Rosa de Goiás	166,44	2.820,00	16,94	2.828,00
33	Santo Antônio de Goiás	135,02	7.386,00	54,70	8.066,00
34	Santo Antônio do Descoberto	943,95	72.127,00	76,41	75.221,00
35	São Miguel do Passa Quatro	537,35	4.464,00	8,31	4.671,00
36	Senador Canedo	247,01	155.635,00	630,09	175.042,00
37	Silvânia	2.349,92	22.245,00	9,47	23.150,00
38	Taquaral de Goiás	205,67	4.026,00	19,58	4.180,00
39	Trindade	712,69	142.431,00	199,85	153.560,00
40	Urutaí	623,82	3.553,00	5,70	3.700,00
41	Valparaíso de Goiás	61,49	198.861,00	3.234,14	218.416,00

3.4. A relação de municípios constante neste item possui caráter referencial, podendo a execução dos serviços abranger outros entes consorciados que venham a formalizar



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

adesão à Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021, observados os limites e condições estabelecidos no edital.

- 3.5. Os serviços serão executados diretamente nas unidades públicas indicadas por cada município contratante, considerando suas necessidades específicas, características operacionais e planejamento administrativo, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns, de necessidade administrativa permanente, executados sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de controle sanitário e manejo integrado de pragas urbanas, incluindo atividades de dedetização, desratização, descupinização, sanitização de ambientes, controle de vetores, retirada de pombos e morcegos, bem como limpeza, desinfecção e manutenção de reservatórios de água, poços tubulares, redes sanitárias e estruturas correlatas.

4.2. Os serviços serão executados de forma contínua e sob demanda, mediante solicitação dos municípios consorciados, conforme suas necessidades específicas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. A execução compreenderá, no mínimo:

- a) vistoria técnica prévia para definição do método de intervenção;
- b) aplicação de técnicas e produtos adequados ao tipo de infestação ou necessidade sanitária;
- c) monitoramento e controle das áreas atendidas;
- d) execução de medidas preventivas e corretivas;
- e) emissão de relatório técnico dos serviços realizados.

4.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, com utilização de produtos regularizados junto aos órgãos competentes, observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis.

4.5. A contratada será responsável por todas as etapas necessárias à execução do objeto, incluindo fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais, insumos e destinação adequada de resíduos, quando aplicável.

4.6 A execução dos serviços deverá considerar o ciclo de vida do objeto, compreendendo:

- a) planejamento e organização da execução;
- b) realização dos serviços conforme demanda;



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- c) controle de qualidade e acompanhamento dos resultados;
- d) manutenção preventiva e corretiva durante o período contratual;
- e) adoção de medidas para mitigação de riscos sanitários e ambientais.

4.7. A solução adotada observará o modelo de execução descentralizada, cabendo aos municípios consorciados a solicitação e acompanhamento dos serviços, no âmbito dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da licitação todas as pessoas jurídicas que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação e que atendam às condições de habilitação e credenciamento estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório, em conformidade com a legislação vigente.

5.2. A participação no certame observará a correspondência entre a atividade econômica da licitante e o objeto contratado, devendo a empresa possuir regular constituição e atuação compatível com os serviços a serem executados.

5.3. Eventuais exigências operacionais ou estruturais deverão guardar pertinência com o objeto da contratação, sendo vedada a imposição de condições não relacionadas diretamente à execução dos serviços.

5.4. Não poderão participar da presente contratação:

5.4.1. Empresa considerada suspensa ou declarada inidônea por ato do Poder Público;

5.4.2. Empresa em processo de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob o concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.4.3. Empresas que estejam impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração pública direta ou indireta, consoante disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021;

5.4.4. Empresas que estejam incluídas no Cadastro de Empresa Inidôneas e Suspensas (CEIS) do Portal da Controladoria Geral da União - CGU; no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e na Relação de empresas inidôneas, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5.4.5. Empresa cujos dirigentes, sócios e outros responsáveis:

- a) Sejam servidores públicos do Município vinculados ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL - CIABC/GO ou aos entes consorciados, nos termos da legislação aplicável;



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

b) Participem simultaneamente de mais de uma empresa licitante, quando configurado conflito de interesse;

5.4.6. Somente serão admitidas pessoas jurídicas que comprovem, por meio de documentos oficiais, a regularidade de seu registro e a compatibilidade de suas atividades com o objeto da contratação.

5.4.7. A participação no certame implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, não sendo devida qualquer indenização pelas despesas decorrentes da elaboração das propostas.

5.4.8. É vedada a participação de pessoa jurídica enquadrada em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

5.4.9. Em processo de falência, concordata ou processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou em liquidação, ressalvados os casos admitidos em lei;

5.4.10 Empresa cujo quadro societário, técnico ou administrativo inclua ocupantes de cargo ou emprego público em situação de impedimento legal para contratação;

5.4.11. Empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, ou que tenha sido declarada inidônea;

5.4.12. Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

5.5. A participação da empresa interessada implicará a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Termo de Referência e do edital, bem como a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis à contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

6.1. A execução do objeto deverá ser realizada diretamente pela contratada, sendo vedada a subcontratação integral dos serviços.

6.2. Será admitida, de forma excepcional, a subcontratação parcial de parcelas específicas do objeto, desde que:

I – não abranja as atividades principais ou essenciais da contratação;

II – esteja devidamente justificada sob o aspecto técnico-operacional;

III – seja previamente autorizada pela Administração;

IV – não implique transferência de responsabilidade contratual, permanecendo a contratada como única responsável pela execução integral do objeto;



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

V – a subcontratada comprove regularidade jurídica, fiscal e capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada, quando exigido pela Administração.

6.3. A subcontratação não exime a contratada de suas obrigações contratuais, nem estabelece qualquer vínculo entre a Administração e a subcontratada, respondendo a contratada integralmente pela qualidade, segurança, regularidade e conformidade dos serviços prestados.

Garantia da contratação

6.2. Será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, conforme disposições estabelecidas no instrumento contratual.

6.2.1. A garantia, nas modalidades caução ou fiança bancária, deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

6.2.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.2.3. O contrato estabelecerá as condições detalhadas relativas à prestação, manutenção e eventual execução da garantia da contratação.

6.2.4. O contratado deverá realizar a transição contratual, quando aplicável, com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas na execução dos serviços, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos da Administração ou da futura contratada, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, especialmente em razão da natureza contínua das atividades de controle sanitário.

Vistoria

6.3 A realização de vistoria prévia pelos licitantes é facultativa, não constituindo condição para participação no certame, considerando a natureza dos serviços e a execução descentralizada nos diversos entes consorciados.

6.4 Em substituição à vistoria prévia, os licitantes deverão apresentar, no momento da habilitação, declaração formal de pleno conhecimento das condições gerais de execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das condições necessárias à execução contratual.

6.5 Considerando que os serviços serão executados sob demanda, em diferentes localidades e conforme necessidades específicas de cada ente consorciado, eventuais levantamentos técnicos detalhados serão realizados após a contratação, mediante emissão de ordem de serviço, quando necessário à adequada execução.

6.6 As vistorias técnicas específicas, quando exigidas para a execução de determinado serviço, deverão ser realizadas pela contratada previamente ao início das atividades, com o objetivo de:



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

I – Identificar as condições reais do local;

II – Dimensionar corretamente os serviços a serem executados;

III – definir os métodos, equipamentos e insumos adequados;

IV – Garantir a segurança operacional e a eficiência da execução.

6.7 A eventual realização de vistoria prévia, por iniciativa do licitante, ocorrerá sob sua exclusiva responsabilidade, não sendo exigido acompanhamento por servidor da Administração, nem emissão de atestado ou declaração formal de visita.

6.8. Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso III da LLC, constituem requisitos mínimos:

- a) registro ou inscrição da empresa em entidade profissional competente, quando exigido pela natureza dos serviços;
- b) comprovação de capacidade técnico-operacional compatível com o objeto;
- c) comprovação de capacidade técnico-profissional.

6.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.10. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.11. As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão comprovar a aptidão para execução de serviços compatíveis, em características, quantidades e complexidade, com o objeto da contratação, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6.12. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, além da qualificação de cada membro da equipe técnica responsável pelos serviços, que pertença ao quadro da Pessoa Jurídica e possua registro como responsável técnico junto ao respectivo conselho de classe, conforme estabelecido no art.67, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da legislação aplicável.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Regime de execução

7.2. O regime de execução será o de **empreitada por preço unitário**

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

7.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

7.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.19 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando a boa situação econômico-financeira da empresa, mediante os seguintes índices:

7.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.22. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

7.24. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

7.26 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) por conselho profissional competente, quando aplicável à natureza do serviço.

7.27 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços com características compatíveis com o(s) lote(s) para o(s) qual(is) o licitante apresentar proposta, observando-se as seguintes diretrizes:

7.27.1 Será admitida a comprovação de experiência anterior mediante a apresentação de um ou mais atestados, podendo ser considerados períodos sucessivos ou não, desde que evidenciada a capacidade técnica para a execução do objeto;

7.27.2 A exigência de experiência deverá guardar proporcionalidade com a complexidade do serviço, não sendo obrigatória a comprovação de tempo mínimo específico, desde que os atestados apresentados demonstrem a aptidão técnica do licitante;

7.27.3 Caso a Administração entenda necessária a exigência de experiência mínima, esta deverá estar devidamente justificada nos autos do processo, em razão da complexidade técnica ou dos riscos envolvidos na execução do objeto.

7.28 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

7.29 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos pertinentes.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

8.1. Início da execução do objeto: até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante emissão da Ordem de Serviço pelo Município Contratante.

8.1.1. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, nos termos da Lei 14.133/2021.

8.2. Os serviços serão executados nas sedes dos municípios elencados no item 3 deste Termo de Referência, de forma descentralizada, conforme demanda de cada Município Contratante, preferencialmente em dias úteis, no horário compreendido entre 08h e 16h, podendo ser ajustado conforme a necessidade administrativa.

Rotinas a serem cumpridas

8.3. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

8.3.1 A execução do presente objeto se dará parceladamente, conforme solicitação do Município Contratante.

8.3.2. Quando da necessidade da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá, preferencialmente no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, ou em data a ser definida pela Administração, enviar profissional ao local designado para realização de vistoria técnica, com a finalidade de identificar as condições do local, dimensionar os serviços a serem executados e definir o tratamento adequado.

8.3.2.1 Após a vistoria, a CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico ou levantamento quantitativo dos serviços, com base nos itens e preços previamente registrados na Ata de Registro de Preços, para validação pelo Município Contratante e posterior emissão da Ordem de Serviço pelo setor responsável, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

8.3.2.2 O envio do relatório ou levantamento poderá ser realizado por meio eletrônico, conforme indicado pelo Município Contratante.

8.3.3. Após a autorização do Município Contratante, formalizada por meio da Ordem de Serviço e emissão da Nota de Empenho, a primeira intervenção deverá ser realizada no prazo de até 08 (oito) dias úteis, salvo disposição diversa devidamente justificada pela Administração;

8.3.4. Os serviços deverão ser executados de modo a não comprometer a continuidade das atividades administrativas, devendo a CONTRATADA promover a prévia comunicação ao Município Contratante acerca das datas, horários e procedimentos a serem adotados;

8.3.5 Os serviços poderão ser executados em dias úteis, preferencialmente no período das 08h30min às 15h30min, quando não houver necessidade de afastamento de pessoas, e às sextas-feiras, no período das 13h30min às 16h30min, nos casos que demandem afastamento, podendo ainda ser



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

realizados em outros horários definidos pelo Município Contratante, conforme a necessidade operacional;

- 8.3.6 Caso seja necessária a aplicação de outros produtos, que necessitem afastamentos de servidores, de terceirizados e do público externo; bem como seja impossível a paralisação dos serviços nas condições do item 8.3.5, o serviço deverá ser realizado em data previamente agendada, a critério da Contratante, incluindo o horário das 08h30min às 12h00min, aos SÁBADOS;
- 8.3.7. Quando da aplicação dos produtos, a Contratada deverá levar em consideração também a existência de animais: cães, gatos ou outros, em cada localidade, orientando quanto à proteção dos mesmos, inclusive, se possível, evitar produtos que possam ser ingeridos pelos animais;
- 8.3.8. A contratada deverá comparecer ao local designado portando a "ORDEM DE SERVIÇO" e duas vias da FICHA DE CONTROLE DE PRAGAS NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO CONTRATANTE;
- 8.3.8.1. Só poderá ser dado início a realização dos serviços, após autorização pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE mediante envio da ORDEM DE SERVIÇO e a emissão do empenho e, consequentemente, o agendamento da realização do serviço pelo local solicitante;
- 8.3.8.2. Não poderá ser realizado qualquer serviço, antes da emissão da nota de empenho.
- 8.3.9. O controle dos serviços das áreas deverá ser realizado mediante o preenchimento de uma FICHA DE CONTROLE DE PRAGAS NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO CONTRATANTE, em 02 (duas) vias, discriminando as áreas, nomes das unidades por andar, a qual será firmada por servidor responsável por cada unidade, sendo que 01 (uma) via será encaminhada pelo fiscal/responsável local ao **setor responsável do Município Contratante**, para fins de controle, e a outra via ficará com a empresa, que deverá encaminhá-la juntamente com a Nota Fiscal/Fatura.;
- 8.3.10. O Fiscal/Responsável, devidamente designado pelo **Município Contratante**, acompanhará as aplicações nas demais áreas comuns (áreas externas e internas): telhados, casa de máquinas dos elevadores, poços dos elevadores, escadas, circulações externas, depósitos, sanitários, auditório, vestiários, garagens, e outros, bem como componentes das instalações sanitárias: as caixas de inspeção de esgoto, de gordura, de passagem, de águas pluviais, ralos, grelhas e demais pontos estratégicos;
- 8.3.11. O **Município Contratante** deverá fornecer o(s) nome(s) do(s) servidor(es) responsáveis pelo acompanhamento dos serviços e pelo atesto da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.3.12. Caberá ao responsável/fiscal de cada unidade do **Município Contratante** (não podendo ser funcionário terceirizado), designado para acompanhar os serviços, o atesto dos serviços



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCI GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

prestados na Nota Fiscal/Fatura, mediante a verificação dos serviços executados e das documentações que deverão acompanhar a Nota Fiscal/Fatura;

8.3.13. A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) no Conselho Regional competente, quando aplicável, indicando os responsáveis técnicos pela execução dos serviços, devendo a respectiva cópia ser apresentada à fiscalização do contrato do **Município Contratante**, juntamente com a Nota Fiscal;

8.3.13.1 Caso haja alteração do responsável técnico pela execução dos serviços da CONTRATADA, deverá ser providenciada a emissão de nova ART/TRT, que deverá ser apresentada à fiscalização do contrato do **Município Contratante**.

8.3.13.2. A CONTRATADA deverá possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços objeto deste Termo de Referência, competindo-lhe, ainda, responder pela aquisição, utilização e controle dos produtos empregados, em conformidade com a legislação vigente e com as normas dos órgãos competentes.

8.3.14. A CONTRATADA deverá realizar o controle eficaz das pragas, mediante a adoção de métodos e técnicas adequadas ao tipo de infestação de cada área, utilizando produtos e procedimentos reconhecidos no mercado e em conformidade com as normas dos órgãos competentes.

8.3.15. Os serviços nas áreas solicitadas pelo **Município Contratante**, em cada Ordem de Serviço, abrangerão as áreas internas, externas, forros, porões, sótãos, madeiramento do telhado, portais, beirais, janelas, mobiliário e demais locais, infestados ou não, devendo a CONTRATADA atuar de forma preventiva e corretiva, com o devido cuidado em relação aos quadros de energia elétrica e fiação, a fim de evitar riscos de incêndio, bem como aos reservatórios de água, de modo a prevenir contaminações, e ainda quanto aos materiais e equipamentos existentes nas áreas atendidas, com o objetivo de evitar danos;

8.3.16. Para o combate às pragas, deverão ser utilizados exclusivamente produtos domissanitários devidamente registrados nos órgãos competentes, especialmente junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente, não corrosivos, incolores, com ação tóxica de baixo risco ao ser humano e com efeito residual adequado à finalidade do serviço.

8.3.17. Nos casos de controle de mosquitos na fase adulta (alados), a aplicação dos produtos deverá observar rigorosamente as diretrizes e produtos autorizados pela ANVISA e pelo Ministério da Saúde, ainda que apresentem curto efeito residual, devendo ser adotadas as técnicas adequadas para garantir a eficácia do controle vetorial.

8.3.18. Durante toda a execução dos serviços, os empregados da CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados, portando documento de identificação oficial com



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

foto, bem como utilizando os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, em conformidade com as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis.

8.3.18.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar 02 (dois) conjuntos de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para que servidores do **Município Contratante** possam acompanhar a execução dos serviços, quando necessário, em conformidade com as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis.

8.3.18.2. Ao término de cada serviço, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a entrega à fiscalização do contrato do **Município Contratante** de RELATÓRIO TÉCNICO detalhado do atendimento realizado, contendo, no mínimo, as providências adotadas, os parâmetros verificados, os produtos utilizados, eventuais indícios de problemas futuros, bem como as recomendações e orientações técnicas pertinentes, em conformidade com as diretrizes da ANVISA e, quando aplicável, com a RDC nº 52/2009. O referido documento deverá ser encaminhado juntamente com a Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento, acompanhado do Certificado de Garantia, no qual deverão constar o prazo de cobertura, as condições de validade e o escopo dos serviços garantidos, compatíveis com a natureza do serviço executado e com as características técnicas dos produtos utilizados, observado o disposto na legislação sanitária aplicável e nas boas práticas do setor, do comprovante de registro da ART ou TRT no conselho competente, quando aplicável, e da declaração atualizada e assinada de enquadramento no regime do Simples Nacional, quando for o caso, em conformidade com a legislação vigente.

8.3.19. Nos ambientes internos, a CONTRATADA deverá, sempre que tecnicamente possível, aplicar gel inodoro e transparente, de modo a evitar danos ao patrimônio e a paralisação das atividades desenvolvidas no local;

8.3.20. Caso necessário, a CONTRATADA deverá proteger os bens patrimoniais e utensílios com materiais adequados, tais como lonas, sacos plásticos ou outros meios eficazes, inclusive em superfícies suscetíveis à ação dos produtos aplicados, sendo responsável pela retirada desses materiais ao término da execução dos serviços;

8.3.21. A metodologia, os produtos, os equipamentos e as ferramentas utilizados na execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo observar as normas técnicas, sanitárias e ambientais aplicáveis;

8.3.22. A CONTRATADA deverá utilizar exclusivamente materiais e produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, especialmente junto à ANVISA e ao Ministério da Saúde, em quantidade suficiente para assegurar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados, evitando a necessidade de reaplicações dentro do período de garantia.

8.3.23. A CONTRATADA deverá recolher todos os vasilhames e resíduos decorrentes da aplicação dos produtos utilizados, bem como proceder à limpeza dos locais eventualmente afetados,



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

excetuando-se as áreas de aplicação, restituindo o ambiente às condições anteriores à execução dos serviços;

- 8.3.24. Os produtos a serem aplicados, em suas diversas formulações e formas de apresentação, deverão observar integralmente os princípios de biossegurança, com rigoroso cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, bem como das disposições legais aplicáveis nas áreas sanitária e ambiental.
- 8.3.25. A CONTRATADA deverá fornecer ao **Município Contratante** o COMPROVANTE DE SERVIÇO – RELATÓRIO TÉCNICO, contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com a regulamentação sanitária vigente.
- 8.3.26. Durante o período de garantia, no caso de reaparecimento de pragas, a CONTRATADA estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitado pela fiscalização do contrato do **Município Contratante**, a qual consistirá na reavaliação das instalações e na eliminação de todos os focos e indícios de infestação, devendo ser executada por profissionais técnicos qualificados da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional para o Município Contratante.
- 8.3.27. A prestação do serviço em garantia deverá ser concluída no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de agendamento da realização do serviço, para cada solicitação formalizada pelo Município Contratante.
- 8.3.28. Os serviços de assistência técnica corretiva serão prestados com o fornecimento, pela CONTRATADA, de todos os materiais, insumos e mão de obra necessários à execução do objeto, sem qualquer ônus para o Município Contratante.
- 8.3.29. Ao término de cada visita de assistência técnica corretiva, a CONTRATADA deverá entregar à fiscalização do contrato do **Município Contratante** uma das vias da Ordem de Serviço, da Ficha de Controle de Pragas e do Comprovante de Serviço – Relatório Técnico, elaborado pela CONTRATADA. O referido relatório deverá ser apresentado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da realização de cada serviço, contendo o detalhamento do atendimento realizado, com a indicação das providências adotadas, dos parâmetros verificados, de eventuais indícios de problemas futuros, bem como das recomendações e orientações técnicas pertinentes.
- 8.3.29.1. Para fins de pagamento, deverá ser anexada à Nota Fiscal/Fatura, além da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT, quando aplicável, a Ordem de Serviço, a Ficha de Controle de Pragas, o Certificado de Garantia, bem como a declaração atualizada, assinada e datada de enquadramento no regime do Simples Nacional, quando for o caso, em conformidade com a legislação vigente.



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, na forma da Lei nº 14.133/2021, compreendendo, no mínimo, a atuação de gestor do contrato e fiscais técnico e administrativo.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro formal das circunstâncias por meio de apostilamento, nos termos da legislação aplicável.
- 9.3. As comunicações entre o **Município Contratante** e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, desde que assegurada a integridade, autenticidade e rastreabilidade das informações.
- 9.4. O **Município Contratante** poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução do contrato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **Município Contratante** poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial destinada à apresentação do plano de fiscalização, o qual deverá conter, no mínimo, informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, dos métodos de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos pertinentes à execução contratual.

Preposto

- 9.6. A CONTRATADA deverá designar formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando, no respectivo instrumento, os poderes e deveres relacionados à execução do objeto contratado.
- 9.7. A CONTRATADA não será obrigada a manter preposto no local de execução dos serviços em tempo integral, considerando a natureza contínua e sob demanda da contratação, devendo, contudo, assegurar a disponibilidade de representante para atendimento às demandas do **Município Contratante**, sempre que solicitado.
- 9.8. O **Município Contratante** poderá recusar, mediante justificativa, a indicação ou a permanência do preposto designado, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto para o exercício da função.

Fiscalização



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

9.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pelo **Município Contratante**, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, observada a natureza dos serviços, que serão executados sob demanda, mediante ordens de serviço.

Fiscalização Técnica

- 9.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução dos serviços, especialmente quanto à qualidade, adequação dos métodos, utilização dos insumos e cumprimento das ordens de serviço emitidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, com a descrição das medidas necessárias à regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.12. Identificada qualquer irregularidade na execução dos serviços, o fiscal técnico do contrato deverá notificar a CONTRATADA para a devida correção, estabelecendo prazo razoável para a regularização, conforme a complexidade do serviço.
- 9.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- 9.14. Nos casos de ocorrência que possam comprometer a execução dos serviços nas condições estabelecidas, o fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.
- 9.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a proximidade do término da vigência contratual, com vistas à adoção das providências necessárias à continuidade do serviço, quando for o caso.

Fiscalização Administrativa

- 9.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA durante toda a execução contratual, bem como acompanhará os aspectos administrativos relacionados ao empenho, pagamento, eventuais glosas e formalização de termos aditivos ou apostilamentos.
- 9.17. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará na instrução do processo e comunicará o gestor do contrato para adoção das providências cabíveis, quando ultrapassar sua competência.

Gestor do Contrato



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 9.18. O gestor do contrato coordenará a execução contratual de forma global, promovendo a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, relatórios técnicos, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais.
- 9.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, adotando as medidas necessárias para assegurar a adequada execução do objeto e informando à autoridade superior as situações que ultrapassarem sua competência.
- 9.20. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, bem como acompanhará o fluxo de liquidação e pagamento da despesa, registrando eventuais ocorrências que possam impactar a regular execução contratual.
- 9.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação da execução contratual, com base nas informações prestadas pelos fiscais, indicando o desempenho da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.
- 9.22. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.23. Ao final da execução contratual, o gestor do contrato elaborará relatório conclusivo contendo informações sobre a execução do objeto e eventuais recomendações para o aprimoramento das contratações futuras.
- 9.24. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável para a liquidação e pagamento da despesa, observados os valores apurados pela fiscalização.

10. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 10.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **não será obrigatória**, sendo facultada à licitante, nos termos do art. 18, §1º, da Lei 14.133/2021, com o objetivo de permitir o adequado conhecimento das condições de execução do objeto.
- 10.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação e o conhecimento das condições locais, bem como das eventuais dificuldades e do dimensionamento dos dados necessários à elaboração de sua proposta, não podendo a ausência de vistoria ser posteriormente alegada como fundamento para alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 10.3. Será exigida a declaração de ciência que os serviços poderão ser executados em toda a área de atuação da CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL no estado de Goiás, que será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – ANEXO deste TR), através dos seus prepostos.



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 10.4. A licitante, ao encaminhar sua proposta, declara que possui pleno conhecimento da abrangência territorial dos municípios passíveis de execução dos serviços, bem como das condições inerentes à sua execução, assumindo que os custos propostos contemplam todas as variáveis envolvidas, inclusive aquelas decorrentes da localização e logística dos serviços.
- 10.5. Os custos relativos à eventual visita técnica aos locais de execução dos serviços serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento por parte da Administração.
- 10.6. Em caso de dúvidas quanto às condições locais de execução dos serviços, as licitantes poderão contatar diretamente os **Municípios Consorciados participantes da Ata de Registro de Preços**, responsáveis pela futura contratação e execução descentralizada do objeto.

11. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. Estão inclusos nos valores estimados da contratação todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), encargos sociais, tributos, taxas, seguros, transporte, insumos, mão de obra e quaisquer outros custos inerentes à adequada prestação dos serviços.
- 11.2. Na formulação de suas propostas, as licitantes deverão considerar todos os custos envolvidos na execução do objeto, incluindo BDI, encargos sociais e despesas fiscais, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos preços apresentados.
- 11.3. As indicações relativas às dotações orçamentárias para a contraprestação dos serviços serão definidas no momento da formalização de cada contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, a cargo do respectivo **Município Contratante**.
- 11.4. O orçamento estimado da contratação permanecerá disponível aos órgãos de controle interno e externo, nos termos do art. 23, §1º, da Lei 14.133/2021, resguardado, quando for o caso, o sigilo necessário à preservação da competitividade do certame.

Divulgação do valor orçado:

- 11.5. O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso, sendo tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances do procedimento licitatório, nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021.
- 11.6. O valor máximo estimado pela Administração para execução total do objeto, bem como os valores unitários, permanecerá sigilosos até o encerramento da fase de lances do procedimento licitatório, nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Após o encerramento da fase



de lances, o orçamento estimado será tornado público, sem prejuízo da prévia divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à adequada elaboração das propostas pelas licitantes. A adoção do orçamento sigiloso fundamenta-se na necessidade de evitar a utilização do valor estimado pela Administração como parâmetro para formulação das propostas, incentivando a apresentação de preços efetivamente competitivos, compatíveis com a realidade de mercado e com a capacidade operacional e financeira das licitantes, observados os princípios da economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

- 11.7. O sigilo do valor estimado da contratação será mantido até o encerramento da fase de lances do procedimento licitatório, nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021, como medida destinada a assegurar a efetiva competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Tal medida visa evitar que as licitantes utilizem o orçamento estimado como referência para formulação de suas propostas, incentivando a apresentação de preços compatíveis com o mercado e com a real capacidade operacional das empresas, contribuindo para a eficiência e economicidade da contratação.
- 11.8. O entendimento consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a não divulgação do orçamento estimado no edital, especialmente na modalidade pregão, desde que assegurado aos interessados o acesso ao referido documento, nos termos da legislação vigente, resguardando-se a transparência e o controle do procedimento licitatório.
- 11.9. Na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui elemento obrigatório do edital, devendo, contudo, integrar o processo administrativo da contratação, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, consubstanciado no Acórdão nº 394/2009 – Plenário.
- 11.10. Na modalidade pregão, o orçamento estimado não constitui elemento obrigatório do edital, devendo, contudo, integrar o processo administrativo do certame, bem como ser indicado no instrumento convocatório os meios para sua obtenção pelos interessados, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, consubstanciado no Acórdão nº 1.513/2013 – Plenário.
- 11.11. Não é obrigatório que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários integre o edital do pregão, devendo, contudo, o instrumento convocatório indicar os meios para sua obtenção pelos interessados, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, consubstanciado no Acórdão nº 2.816/2009 – Plenário.
- 11.12. O orçamento estimado da contratação possui natureza pública, integrando o processo administrativo do certame, sendo assegurado o acesso aos interessados mediante solicitação, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

11.13. Contudo, durante a fase competitiva do pregão, poderá ser resguardado o seu sigilo, conforme previsto no art. 24 da Lei 14.133/2021, não integrando o edital nesse momento, com o objetivo de preservar a competitividade do certame.

11.14. Após o encerramento da fase de lances, o orçamento estimado será tornado público, assegurando-se, em qualquer caso, a divulgação prévia dos quantitativos e das informações técnicas necessárias à adequada elaboração das propostas, conforme disposto neste Termo de Referência.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda, durante a vigência do contrato, mediante emissão de ordens de serviço pelo Município Contratante.

12.2. A formalização do início da execução das atividades ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço pelo Município Contratante, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.3. Considerando que o presente certame é promovido pelo Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central – CIABC/GO, na qualidade de órgão gerenciador, os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão firmados diretamente entre os Municípios Consorciados participantes e a CONTRATADA, mediante requisição formal e autorização expressa de cada ente, conforme suas necessidades e disponibilidade orçamentária.

12.4. Cada Município Consorciado participante será responsável pela execução, gestão e fiscalização do respectivo contrato que vier a firmar, devendo observar integralmente as condições, especificações e diretrizes estabelecidas na Ata de Registro de Preços, neste Termo de Referência e no edital.

12.5. A Ordem de Serviço deverá estabelecer os prazos específicos para execução dos serviços, considerando a natureza, a complexidade e a urgência da demanda, observados os níveis de atendimento definidos neste Termo de Referência.

12.6 A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à regularização das condições necessárias à execução contratual, inclusive quanto à apresentação de garantia, quando exigida, e à verificação das condições de habilitação da contratada.

12.7. O início da execução dos serviços que, por sua natureza, demandem licenciamento ou autorização de órgãos competentes, ficará condicionado à prévia obtenção das respectivas autorizações ou licenças exigidas pela legislação aplicável.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço, sendo a medição realizada por parcela efetivamente executada, conforme quantitativos apurados e validados pela fiscalização.

13.2. O recebimento dos serviços ocorrerá da seguinte forma:

13.2.1. Recebimento provisório:

Será realizado pelo fiscal técnico após a execução dos serviços constantes da ordem de serviço, mediante verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato.

13.2.2. Recebimento definitivo:

Será realizado após a verificação da adequação dos serviços executados e da correção de eventuais inconsistências apontadas no recebimento provisório, mediante atesto formal da execução.

13.3. O pagamento será efetuado por parcela executada, vinculando-se à respectiva ordem de serviço e ao correspondente recebimento definitivo.

13.4. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal ou documento equivalente após o recebimento definitivo de cada parcela, acompanhada dos documentos exigidos contratualmente.

13.5. O pagamento somente será realizado após:

I – o recebimento definitivo dos serviços;

II – a verificação da regular execução do objeto;

III – a conferência da documentação exigida;

IV – a manutenção das condições de habilitação da contratada.

13.6. Cada ordem de serviço será considerada de forma autônoma para fins de medição, recebimento e pagamento, não havendo vinculação ao recebimento global do objeto contratual.

13.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório sob os aspectos administrativos, mediante verificação do cumprimento das exigências documentais e contratuais relacionadas à parcela executada, no âmbito do Município Contratante.

13.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, atuará em apoio aos fiscais técnico e administrativo, contribuindo para a verificação da execução dos serviços no âmbito do Município Contratante, especialmente quanto às condições locais de execução.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 13.9. Para fins de recebimento provisório, ao término de cada ordem de serviço ou período de faturamento, o fiscal técnico procederá à avaliação da execução dos serviços, quanto à qualidade, adequação e conformidade, podendo, quando aplicável, subsidiar o redimensionamento dos valores a serem pagos, nos termos do contrato. O resultado dessa avaliação será registrado em relatório e encaminhado ao gestor do contrato para as providências cabíveis.
- 13.9.1. O recebimento provisório será caracterizado mediante a emissão do respectivo termo circunstanciado referente à parcela executada.
- 13.9.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, não sendo atestada a medição correspondente até a completa regularização.
- 13.9.3 A fiscalização não realizará o atesto da medição da respectiva ordem de serviço enquanto não forem sanadas todas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório.
- 13.9.4. O recebimento provisório poderá, quando aplicável, ficar condicionado à realização de verificações técnicas necessárias à comprovação da adequada execução dos serviços, bem como à entrega de documentos técnicos exigidos.
- 13.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo circunstanciado deverá conter o registro das ocorrências verificadas na execução da parcela, sob os aspectos técnico e administrativo, sendo encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.
- 13.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório da respectiva parcela, após verificação da qualidade e da conformidade dos serviços executados, mediante termo circunstanciado.
- 13.11.1. Será emitido documento comprobatório da avaliação da execução, com base nas informações da fiscalização, indicando o desempenho da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.
- 13.11.2. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento, a CONTRATADA será formalmente notificada para as devidas correções.
- 13.11.3. O termo de recebimento definitivo será emitido com base nos relatórios e documentos apresentados, vinculados à respectiva ordem de serviço.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

13.11.4. Após o recebimento definitivo da parcela, a CONTRATADA será comunicada para emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

13.11.5. A documentação será encaminhada ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, conforme os valores apurados pela fiscalização.

13.12. Em caso de controvérsia quanto à execução, o Município Contratante poderá realizar o pagamento da parcela incontroversa, nos termos da legislação aplicável.

13.13. Nenhum recebimento será considerado concluído enquanto pendentes correções de inconsistências identificadas na respectiva parcela executada.

13.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e regularidade dos serviços executados, nos termos da legislação aplicável.

Liquidação

13.15. Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente fundamentada.

13.16. O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

13.17. Para fins de liquidação, o setor competente do Município Contratante deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) identificação do contrato e do Município Contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para liquidação após a comprovação da regularização, sem qualquer ônus para o Município Contratante.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

13.18. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, a ser verificada pelo setor competente do Município Contratante, por meio de consulta aos sistemas oficiais disponíveis ou mediante apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.20. A Administração, por meio do setor competente do **Município Contratante**, deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar as condições de habilitação exigidas;
- b) identificar eventual impedimento à contratação no âmbito da Administração Pública, tais como sanções que impeçam a CONTRATADA de contratar com o Poder Público, bem como a existência de ocorrências impeditivas indiretas.

13.21. Constatada, junto ao SICAF, situação de irregularidade da CONTRATADA, o **Município Contratante** deverá promover sua notificação formal, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa, podendo o referido prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

13.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Município Contratante deverá comunicar o fato aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, informando a inadimplência da CONTRATADA, bem como a existência de valores a serem pagos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à garantia dos respectivos créditos.

13.23. Persistindo a irregularidade, o Município Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, no âmbito do respectivo processo administrativo, assegurando-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei 14.133/2021.

13.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados regularmente até eventual decisão pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF, observadas as disposições contratuais e a legislação aplicável.

Prazo de pagamento

13.25. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, no âmbito do Município Contratante, conforme disposto na seção anterior.

13.26. No caso de atraso imputável ao Município Contratante, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de



Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da legislação aplicável.

Forma de pagamento

- 13.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em instituição financeira, agência e conta corrente indicadas pela CONTRATADA.
- 13.28. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária pelo **Município Contratante**.
- 13.29. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.
- 13.30. Independentemente dos percentuais de tributos eventualmente indicados na proposta ou planilha de formação de preços, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os valores correspondentes aos tributos previstos na legislação vigente.
- 13.31. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. REAJUSTAMENTO

- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, elaborado com base nos preços praticados no mês de maio de 2026, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei 14.133/2021.
- 14.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de solicitação da CONTRATADA, os preços serão reajustados pelo **Município Contratante**, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), refletindo a variação efetiva dos custos do objeto contratado.
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 14.4. Na hipótese de atraso ou ausência de divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Município Contratante efetuará o pagamento com base na última variação conhecida, promovendo-se o ajuste das diferenças posteriormente.
- 14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão, mediante justificativa técnica e econômica devidamente fundamentada, eleger novo índice oficial para fins de reajustamento dos preços do saldo contratual remanescente, formalizado por meio de termo aditivo, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 14.8. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei 14.133/2021.
- 14.9. A CONTRATADA deverá encaminhar junto a solicitação de reajuste a documentação comprobatória, devendo conter no mínimo:
- 14.9.1. indicação do índice aplicável, conforme previsto neste Termo de Referência e no contrato;
- 14.9.2. Apresentação do percentual a ser aplicado, devidamente fundamentado na fonte oficial responsável pela sua divulgação.
- 14.10. O **Município Contratante** deverá apresentar resposta ao pedido de reajuste formulado pela CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da documentação prevista nos itens anteriores, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei 14.133/2021.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. Multa por inexecução

- 15.2.1. Nos casos de inexecução total do contrato, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 15.2.2. Nos casos de inexecução parcial, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

15.3. Multa por atraso (moratória)

15.3.1. Nos casos de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa moratória, observados os seguintes parâmetros:

I – até 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela em atraso;

II – limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela.

15.4 Para fins de aplicação das multas previstas no item anterior, as inadimplências serão classificadas conforme os graus de penalidade a seguir definidos:

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO do Município Contratante , no prazo por ela estabelecido, desde que formalmente comunicada à CONTRATADA por meio de registro em instrumento de controle da execução contratual, tais como relatório de fiscalização, ordem de serviço, notificação formal ou outro documento escrito equivalente.	01
Pela não apresentação de documentos, relatórios ou itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, no prazo estabelecido.	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO do Município Contratante a documentos, informações, locais de execução dos serviços ou quaisquer elementos necessários ao acompanhamento da execução contratual.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de execução dos serviços, desde que injustificado ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela fiscalização.	03
Pelo atraso na conclusão do objeto contratual, em desacordo com o prazo estabelecido no contrato ou em seus aditivos.	04

15.5. Comprovado o impedimento de execução ou reconhecida a ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pela fiscalização do **Município Contratante**, em relação a quaisquer dos eventos previstos na Tabela de Classificação das Inadimplências, a CONTRATADA ficará isenta da aplicação das penalidades correspondentes.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

15.6. A multa será aplicada e calculada na forma prevista neste Termo de Referência e no contrato, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta cento) do valor do contrato celebrado, nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021.

15.7. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pelo **Município Contratante**, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o seguinte:

- a) A multa será descontada da garantia prestada pela CONTRATADA;
- b) Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da eventual execução desta, a CONTRATADA responderá pela diferença, a qual poderá ser descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) Caso os valores devidos à CONTRATADA sejam insuficientes para compensação integral da multa, esta será formalmente notificada para promover o recolhimento da diferença no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação;
- d) Não havendo valores a serem pagos à CONTRATADA, esta será notificada para recolher o valor integral da multa aos cofres do **Município Contratante**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação.

15.8. A CONTRATADA terá prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados da data de sua notificação. Em caso de decisão desfavorável, poderá interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua cientificação. O recurso será instruído com manifestação da fiscalização do contrato do **Município Contratante** e encaminhado à autoridade competente para julgamento.

15.9. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela autoridade competente do Município Contratante, que poderá dar-lhe provimento ou negar-lhe provimento, mediante decisão devidamente fundamentada.

15.10.1 Na hipótese de provimento do recurso apresentado, com a consequente não aplicação da multa, o Município Contratante poderá adotar outras medidas cabíveis, inclusive a apuração de eventuais perdas e danos decorrentes do inadimplemento contratual, não configurando tal situação novação contratual ou renúncia aos direitos que lhe são assegurados.

15.11.1 Da decisão da autoridade competente caberá recurso na forma da legislação aplicável, nos termos da Lei 14.133/2021, não sendo admitida a supressão de instâncias recursais previstas em lei.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 Como garantia da fiel execução das obrigações contratuais e do pagamento de eventuais multas, será exigida garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada pela CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021.

16.2. A garantia poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia, emitido por seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- c) fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a funcionar no país.

16.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o **Município Contratante** a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei 14.133/2021.

16.4. A garantia de execução contratual deverá ser apresentada ao **Município Contratante**, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

16.5. A garantia prestada na modalidade de fiança bancária ou seguro-garantia deverá permanecer vigente e com cobertura durante toda a execução do contrato, estendendo-se por, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término de sua vigência, a fim de assegurar a cobertura de eventuais responsabilidades remanescentes.

16.6. Após a formalização do termo de recebimento definitivo e verificada a perfeita execução do objeto contratual, a garantia de execução será devolvida à CONTRATADA, observadas as disposições contratuais e a inexistência de pendências.

16.7. A garantia prestada na modalidade de caução em dinheiro deverá ser depositada em instituição financeira oficial, em conta específica vinculada ao contrato, sob gestão do **Município Contratante**, podendo ser movimentada exclusivamente mediante autorização da Administração.

16.8. A não integralização da garantia contratual no prazo estabelecido configura inadimplência contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das penalidades



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

previstas neste Termo de Referência e no contrato, inclusive multa e eventual rescisão contratual, mediante regular processo administrativo.

16.9. A ordem de serviço poderá ser condicionada ao recolhimento da garantia contratual.

16.10. Por ocasião de eventuais alterações contratuais que impliquem acréscimos de valor ou prorrogação do prazo de vigência, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada pela CONTRATADA, de modo a manter sua compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

16.11. Não haverá restituição da garantia enquanto houver pendências decorrentes da execução contratual, podendo esta ser executada, total ou parcialmente, pelo **Município Contratante**, para cobertura de prejuízos, multas ou demais obrigações inadimplidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato e da Lei 14.133/2021.

16.12. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração Pública, no âmbito do **Município Contratante**, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização dos serviços será realizada por servidor formalmente designado pelo **Município Contratante**, ao qual compete acompanhar e verificar a execução do objeto pela CONTRATADA, assegurando o cumprimento das disposições contratuais, deste Termo de Referência e dos demais documentos que integram o contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

17.2. No desempenho das atividades de fiscalização, poderão ser utilizados sistemas, relatórios, formulários ou outros instrumentos de controle definidos pelo Município Contratante, destinados ao registro, acompanhamento e aferição da execução dos serviços.

17.3. Fica assegurado aos técnicos do **Município Contratante** o direito de, a seu critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros devidamente autorizados, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, garantindo-se o livre acesso aos locais de execução dos serviços, para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 17.4. Participar da reunião inicial de alinhamento entre as partes envolvidas, Município Contratante e CONTRATADA, na qual serão definidos os procedimentos operacionais, o plano de execução dos serviços e demais aspectos necessários ao adequado início da execução contratual.
- 17.5. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, de forma presencial, quando necessário, como representante do Município Contratante, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas, devendo observar, inclusive, a vedação de subcontratação nos casos não autorizados no instrumento contratual.
- 17.6. Verificar a disponibilidade e a adequada utilização, pela CONTRATADA, dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme previsto no contrato e neste Termo de Referência.
- 17.7. O fiscal do contrato deverá verificar a compatibilidade entre os recursos operacionais apresentados pela CONTRATADA e as condições reais dos locais de execução dos serviços, de forma a assegurar a adequada execução do objeto contratual.
- 17.8. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto ou representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua competência, encaminhá-las ao setor responsável do Município Contratante.
- 17.9. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 17.10. Acompanhar a elaboração de registros técnicos e relatórios operacionais relativos à execução dos serviços, quando couber, de forma a assegurar a rastreabilidade e o controle das atividades realizadas pela CONTRATADA.
- 17.11. Manter interlocução com eventual equipe de apoio à fiscalização contratada pelo **Município Contratante**, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o contrato, inclusive quanto à presença de profissionais habilitados nos locais de execução dos serviços, bem como à emissão de relatórios, registros e demais documentos necessários ao acompanhamento e à adequada execução do objeto.
- 17.12. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados e eventuais prestadores de serviços vinculados à execução contratual, contendo as informações estritamente necessárias à fiscalização do contrato, tais como nome completo e função exercida, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) quanto à proteção de dados pessoais.
- 17.13. Informar ao titular da unidade demandante e ao gestor do contrato, no âmbito do **Município Contratante**, sobre o andamento da execução dos serviços, por meio de relatórios periódicos de acompanhamento da execução contratual.



- 17.14. Efetuar os registros e ocorrências relativas à execução dos serviços em instrumento próprio de controle contratual, tais como relatórios de fiscalização, ordens de serviço, registros operacionais ou sistema eletrônico adotado pelo Município Contratante.
- 17.15. Determinar a reparação, correção, remoção ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no todo ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, nos termos do contrato e da Lei 14.133/2021.
- 17.16. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos e condições de execução dos serviços estabelecidos no contrato, encaminhando ao gestor do contrato ou ao titular da unidade demandante eventuais solicitações de ajustes operacionais, substituição de materiais ou adequações necessárias à execução do objeto.
- 17.17. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor do contrato ou ao titular da unidade demandante, no âmbito do **Município Contratante**, acerca de ocorrências que possam gerar dificuldades à adequada execução dos serviços ou que envolvam terceiros, cientificando-os da possibilidade de comprometimento dos prazos contratuais, mediante apresentação das devidas justificativas.
- 17.18. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as disposições contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, nos termos do contrato e da Lei 14.133/2021.
- 17.19. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 17.20. Manter arquivo organizado contendo os registros da execução dos serviços, incluindo relatórios operacionais, ordens de serviço, registros de atendimento e demais documentos que comprovem a execução contratual, bem como os respectivos controles de aferição dos serviços realizados.
- 17.21. Encaminhar à CONTRATADA, quando aplicável, cópia de eventual licença ambiental necessária à execução dos serviços ou, alternativamente, a indicação da legislação que dispense tal exigência, observadas as normas ambientais vigentes.
- 17.22. Atestar as Notas Fiscais/Faturas relativas aos serviços efetivamente executados e encaminhá-las ao setor competente do **Município Contratante**, ao gestor do contrato ou ao titular da unidade demandante, para adoção das providências relativas ao pagamento.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 17.23. Receber e encaminhar ao gestor do contrato, ao setor competente ou ao titular da unidade demandante, no âmbito do **Município Contratante**, para as devidas providências, os pedidos de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro e, quando cabível, revisão contratual
- 17.24. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor do contrato ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 17.25. Analisar e emitir manifestação técnica acerca dos pedidos de prorrogação de prazos, interrupções na execução dos serviços, ajustes operacionais e demais solicitações relacionadas à execução contratual, inclusive aquelas que envolvam aspectos de qualidade, segurança e adequação dos serviços, de modo a subsidiar a decisão da autoridade competente.
- 17.26. Informar ao setor financeiro ou unidade competente do **Município Contratante** acerca do término da vigência contratual, mediante emissão de documento de encerramento da execução contratual, para fins de adoção das providências necessárias, inclusive quanto à eventual liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA, observadas as condições previstas no contrato.
- 17.27. Receber os serviços executados, de forma parcial ou integral, conforme as condições estabelecidas no contrato, mediante verificação da conformidade da execução com os padrões de qualidade e desempenho exigidos.
- 17.28. Informar ao gestor do contrato ou ao titular da unidade demandante, no âmbito do Município Contratante, as ocorrências relacionadas à execução contratual que ultrapassem sua competência de atuação, visando à adoção das medidas necessárias à regularização de eventuais falhas ou inconformidades.
- 17.29. Receber provisoriamente os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou termo circunstanciado, até que seja realizado o recebimento definitivo pelo servidor ou comissão designada, nos termos do contrato e da Lei 14.133/2021.
- 17.30. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de eventuais planos ou programas ambientais aplicáveis à execução dos serviços, bem como o cumprimento das condicionantes de licenças ambientais, quando exigidas, adotando as providências necessárias para prevenção e mitigação de impactos ambientais.
- 17.31. Realizar vistorias no local de execução dos serviços e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis, orientações técnicas pertinentes, requisitos de segurança e correta utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's pela CONTRATADA.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCGO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 17.32. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a adequada utilização, em termos quantitativos e qualitativos, dos materiais, insumos e equipamentos empregados, com a finalidade de assegurar a manutenção dos padrões de qualidade exigidos no contrato.
- 17.33. Compete à fiscalização verificar a ocorrência de fatos que possam ensejar a aplicação de penalidades contratuais, devendo comunicar o ocorrido ao setor competente do **Município Contratante**, instruindo o respectivo relatório com os documentos necessários, inclusive, quando for o caso, com a indicação do valor da multa a ser aplicada.
- 17.34. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato, nem por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 17.35. A fiscalização deverá verificar, periodicamente, durante a execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, mediante consulta aos sistemas oficiais, tais como SICAF e CADIN, ou por meio da apresentação de certidões comprobatórias válidas.

18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 18.1. Para fins de finalização dos serviços e emissão, pelo **Município Contratante**, do termo de recebimento definitivo, bem como para eventual emissão de atestado de capacidade técnica e liberação da garantia contratual, a CONTRATADA deverá comprovar a adequada execução do objeto, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do contrato e das especificações técnicas estabelecidas no edital.
- 18.2. Após a conclusão dos serviços objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA poderá requerer ao Município Contratante, por meio da fiscalização, o recebimento provisório, o qual deverá ser realizado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da solicitação, desde que constatado o cumprimento das condições contratuais.
- 18.3. O recebimento do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- a) Provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, no âmbito do **Município Contratante**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA.
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- c) Na hipótese de identificação de inconsistências ou necessidade de correção, será estabelecido pela fiscalização prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, corrija ou substitua os serviços rejeitados.
- d) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente do Município Contratante, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou realização de vistoria que comprove a adequação dos serviços às condições contratuais.
- e) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, nos termos do contrato e da Lei 14.133/2021.
- f) O Município Contratante, por meio da fiscalização, terá o prazo de até 90 (noventa) dias para verificar a adequação dos serviços executados às condições contratadas e emitir parecer conclusivo quanto ao recebimento definitivo.
- g) Na hipótese de necessidade de correção, será estabelecido prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, corrija ou substitua os serviços rejeitados.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela qualidade e segurança dos serviços executados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.
- i) Os testes, verificações e demais procedimentos necessários à aferição da qualidade dos serviços executados, quando exigidos por normas técnicas aplicáveis, correrão por conta da CONTRATADA.
- j) O Município Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as disposições contratuais.

18.4. A CONTRATADA declara estar ciente de que o pleno cumprimento das disposições previstas neste item constitui condição para:

- a) Emissão, pelo **Município Contratante**, de atestado de execução dos serviços, quando solicitado;
- b) Emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços; e
- c) Liberação da garantia contratual, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e no contrato.

18.5. Aceitos e aprovados os serviços, o **Município Contratante** emitirá o termo de recebimento definitivo, que deverá ser assinado por representante da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia contratual, nos termos do contrato.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

18.6. A emissão do termo de recebimento definitivo estará condicionada à elaboração de relatório técnico conclusivo pela fiscalização do Município Contratante, contendo a avaliação dos serviços executados e sua conformidade com as disposições contratuais.

18.7. Após a emissão do termo de recebimento definitivo, a autoridade competente do Município Contratante poderá, quando solicitado, emitir atestado de capacidade técnica, declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

18.8. A última Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços prestados somente será encaminhada para pagamento após a emissão do termo de recebimento definitivo, o qual deverá ser devidamente anexado ao processo administrativo de liquidação e pagamento.

19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

19.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente a legislação vigente relativa à segurança e à saúde no trabalho, visando à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços, nos termos da Lei nº 6.514/1977 e da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, bem como demais normas aplicáveis, devendo:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras – NRs aplicáveis à natureza dos serviços contratados, especialmente aquelas relacionadas ao manuseio de produtos químicos, trabalho em altura, espaços confinados e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando aplicável;
- b) Elaborar e implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, nos termos da NR-1, bem como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR-7, mantendo-os atualizados durante toda a execução contratual;
- c) Constituir e manter, quando exigido pela legislação aplicável, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, conforme dimensionamento previsto na NR-4;
- d) Garantir que todos os trabalhadores envolvidos na execução dos serviços estejam devidamente capacitados, treinados e equipados, conforme exigências das normas de segurança aplicáveis;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento das obrigações relativas à saúde e segurança do trabalho, não cabendo ao Município Contratante qualquer responsabilidade por acidentes ou danos decorrentes da execução dos serviços;
- f) Observar as normas relativas à rotulagem, manuseio, armazenamento e transporte de produtos químicos utilizados na execução dos serviços, devendo manter disponíveis, durante toda a execução contratual, as respectivas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, nos termos das normas aplicáveis;



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

g) Assegurar que os produtos utilizados estejam devidamente regularizados junto aos órgãos competentes e sejam manuseados por profissionais capacitados, com a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, os princípios do desenvolvimento sustentável e as boas práticas aplicáveis ao controle de pragas urbanas, com vistas à minimização dos impactos ambientais e à proteção da saúde humana.

20.2. A CONTRATADA deverá utilizar, na execução dos serviços, produtos devidamente regularizados nos órgãos competentes, observadas as normas da ANVISA e demais legislações aplicáveis, priorizando:

I – produtos com menor toxicidade;

II – menor impacto ambiental;

III – maior eficiência no controle das pragas;

IV – menor necessidade de reaplicação.

20.3. Para os produtos utilizados na execução dos serviços, cuja atividade de fabricação ou industrialização esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, a CONTRATADA deverá assegurar que tais produtos sejam provenientes de fabricantes regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981.

20.4. A CONTRATADA deverá observar as normas relativas à rotulagem, manuseio, armazenamento, transporte e descarte de produtos químicos, mantendo disponíveis, durante toda a execução contratual, as respectivas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, nos termos da legislação aplicável.

20.5. A CONTRATADA deverá adotar medidas que promovam o uso racional de insumos, evitando desperdícios, excessos de aplicação e intervenções desnecessárias, devendo priorizar, sempre que tecnicamente viável e eficaz, métodos integrados de controle de pragas.

20.6. Deverá ser assegurada a correta destinação final de resíduos gerados na execução dos serviços, especialmente embalagens de produtos químicos e materiais contaminados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 20.7. A CONTRATADA deverá adotar práticas preventivas e de monitoramento contínuo das áreas atendidas, com o objetivo de reduzir a reincidência de infestações e a necessidade de intervenções corretivas intensivas.
- 20.8. A execução dos serviços deverá observar, quando aplicável, as diretrizes do Protocolo de Montreal, sendo vedada a utilização de substâncias que causem danos à camada de ozônio, nos termos da legislação aplicável.
- 20.9. O descumprimento das obrigações ambientais previstas neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil e ambiental da CONTRATADA.
- 20.10. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução contratual, evidências documentais do cumprimento das obrigações ambientais, sempre que solicitado pela fiscalização.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Cumprir fielmente as disposições da Lei 14.133/2021, bem como o estipulado no Edital, neste Termo de Referência, em seus anexos e em sua proposta, observando rigorosamente as condições estabelecidas para a execução dos serviços.
- 21.2. Executar os serviços com a qualidade, eficiência e periodicidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, emitindo a respectiva Nota Fiscal/Fatura, contendo a discriminação dos serviços prestados.
- 21.3. Executar os serviços com diligência, zelo e perfeição técnica, observando as normas aplicáveis, as boas práticas do setor e as orientações da fiscalização contratual.
- 21.4. Iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido na Ordem de Serviço, observando os prazos e cronogramas definidos pelo Município Contratante.
- 21.5. Caso a CONTRATADA não inicie ou não execute os serviços nos prazos estabelecidos, será notificada pelo Município Contratante para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 21.6. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, aquisição de insumos, equipamentos e quaisquer outros custos necessários à adequada prestação dos serviços.
- 21.7. Responder civilmente por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, nos termos da Lei 14.133/2021.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 21.8. Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pelo Município Contratante na execução dos serviços, prestando os devidos esclarecimentos à fiscalização contratua
- 21.9. Comunicar ao **Município Contratante**, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução dos serviços, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória.
- 21.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 21.11. Observar rigorosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício de suas atividades, assumindo integral responsabilidade por eventuais infrações decorrentes de sua atuação.
- 21.11.1 Assegurar o fiel cumprimento do objeto contratual, cabendo à CONTRATADA integral responsabilidade por sua execução, independentemente da fiscalização exercida pelo Município Contratante.
- 21.11.2. Cumprir e fazer cumprir, por seus empregados, prepostos ou terceiros vinculados à execução contratual, as leis, regulamentos, normas técnicas e determinações das autoridades competentes pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pelas consequências de eventuais descumprimentos.
- 21.11.3. Adotar todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, garantindo a proteção de seus empregados e a adequada manipulação, transporte e utilização dos produtos, equipamentos e insumos empregados na prestação dos serviços.
- 21.11.4. Adotar todas as providências e assumir as obrigações previstas na legislação específica de acidentes do trabalho, sempre que seus empregados forem vítimas de acidentes no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município Contratante.
- 21.11.5. Não veicular publicidade ou qualquer informação relativa ao objeto contratual sem prévia e expressa autorização do Município Contratante.
- 21.11.6 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução dos serviços sem prévia e expressa autorização do Município Contratante, nos termos do contrato.
- 21.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços e dos insumos utilizados, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), quando aplicável, bem como da legislação civil e administrativa pertinente.



- 21.13. Zelar pela boa e fiel execução das obrigações contratuais, observando os padrões de qualidade, eficiência e segurança exigidos.
- 21.14. Atender prontamente às solicitações do Município Contratante, devendo disponibilizar canais de comunicação eficazes, tais como telefone e e-mail institucional, bem como equipe qualificada para atendimento das demandas e execução dos serviços nos prazos estabelecidos.
- 21.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 21.16. Por definição do **Município Contratante**, a CONTRATADA deverá disponibilizar, simultaneamente, as equipes técnicas necessárias à execução dos serviços, devidamente estruturadas e dimensionadas conforme a demanda contratual, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos, níveis de atendimento e qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.
- 21.16.1 A CONTRATADA deverá atender às solicitações da fiscalização do contrato quanto à disponibilização e adequação das equipes de execução dos serviços, observando a necessidade operacional, a abrangência territorial e a urgência das demandas.
21. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos operacionais:
- a) Após a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar plano de execução simplificado dos serviços, contendo, no mínimo, a metodologia de trabalho, cronograma de atendimento e dimensionamento das equipes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;
 - b) Após a validação do plano de execução pelo Município Contratante, a CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ressalvadas situações de urgência devidamente justificadas pela Administração;
 - c) Os prazos estabelecidos poderão ser ajustados mediante justificativa devidamente fundamentada e aceita pelo Município Contratante.
- 21.18. Providenciar a correção de falhas ou irregularidades apontadas pelo Município Contratante na execução dos serviços, em prazo compatível com a natureza da irregularidade, a ser definido pela fiscalização, prestando os devidos esclarecimentos.
- 21.19. Os serviços contratados deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, a legislação vigente, as orientações dos fabricantes dos insumos e equipamentos utilizados, bem como com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

21.20. As atividades a serem desempenhadas pela mão de obra empregada na execução contratual deverão compreender, no mínimo:

- Planejamento, execução e controle das atividades de dedetização, sanitização, descupinização, desratização, manejo de pombos e morcegos e limpeza e desinfecção de reservatórios de água;
- Execução de ações preventivas, com foco na eliminação de focos de infestação e na redução da proliferação de pragas;
- Monitoramento contínuo das áreas atendidas, com emissão de relatórios técnicos e orientações preventivas ao Município Contratante;

21.21. Acatar as orientações do **Município Contratante**, especialmente quanto ao cumprimento das normas internas, das disposições relativas à segurança e medicina do trabalho e demais procedimentos operacionais aplicáveis à execução dos serviços.

21.22 Durante o período de garantia dos serviços executados, a CONTRATADA deverá realizar, sem ônus adicional, as reaplicações ou intervenções corretivas necessárias, sempre que constatada a ineficácia do serviço prestado.

22. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

22.1. A frequência do acompanhamento e registro da execução dos serviços será definida conforme a natureza das atividades executadas, observadas as ordens de serviço emitidas e as diretrizes da fiscalização do Município Contratante, de modo a assegurar o adequado monitoramento da execução contratual.

22.2. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das disposições contratuais, deste Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação.

22.3. Esclarecer as dúvidas apresentadas pela CONTRATADA, por meio de comunicações formais, devidamente registradas.

22.4. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, por meio de servidor(es) designado(s), assegurando o cumprimento das condições estabelecidas.

22.5. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, indicando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades observadas na execução dos serviços.

22.6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, fixando prazo para sua regularização.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

- 22.7. Emitir atesto quanto à regular execução dos serviços para fins de liquidação da despesa e pagamento, bem como proceder ao recebimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 22.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e nas condições estabelecidas no contrato.
- 22.9. Adotar, quando cabível, as providências administrativas de sua responsabilidade para obtenção de licenças ou autorizações necessárias à execução dos serviços, junto aos órgãos competentes, observada a legislação vigente.

23. MATRIZ DE RISCOS

- 23.1. A Matriz de Riscos constitui instrumento de alocação de responsabilidades entre o Município Contratante e a CONTRATADA, estabelecendo diretrizes para a gestão dos riscos inerentes à execução contratual e orientando a elaboração das cláusulas contratuais, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 23.2. A Matriz de Riscos encontra-se apresentada no APÊNDICE I deste Termo de Referência, com a finalidade de identificar os eventos supervenientes à contratação que possam impactar a execução do objeto, bem como definir as respectivas responsabilidades, medidas de mitigação e parâmetros para o adequado dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 23.3. A CONTRATADA não será responsável pelos riscos cuja alocação esteja expressamente atribuída ao Município Contratante na Matriz de Riscos.
- 23.4. A CONTRATADA será responsável pelos riscos que lhe forem atribuídos na Matriz de Riscos, respondendo integralmente pelos eventos a ela alocados.
- 23.5. A Matriz de Riscos constitui parte integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento contratual.
- 23.6. A CONTRATADA declara ter conhecimento da natureza dos riscos assumidos, conforme estabelecido na Matriz de Riscos, considerando-os na formulação de sua proposta, nos limites da alocação contratualmente definida.
- 23.7. Para fins contratuais, considera-se risco todo evento ou condição incerta que, se ocorrer, poderá impactar a execução do objeto, especialmente quanto ao custo, prazo ou qualidade, sendo resultado da combinação entre a probabilidade de ocorrência e a magnitude dos seus efeitos.
- 23.8. Observada a alocação de riscos definida na Matriz de Riscos, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

23.9. A CONTRATADA somente poderá pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou a prorrogação de prazo nas hipóteses de ocorrência de riscos não a ela atribuídos na Matriz de Riscos, devidamente comprovados, observados os procedimentos previstos na legislação aplicável e no contrato, especialmente quanto à comprovação do impacto e nexos causal com o evento de risco.

23.10. Os casos omissos na Matriz de Riscos serão analisados por meio de processo administrativo específico, com base em critérios técnicos e jurídicos, observando-se a natureza do evento, a previsibilidade, a possibilidade de mitigação e a responsabilidade das partes.

24. CONDIÇÕES GERAIS

24.1. Os resultados decorrentes da execução dos serviços objeto da presente contratação, incluindo relatórios técnicos, registros operacionais, dados coletados, diagnósticos e demais informações produzidas no âmbito da execução contratual, serão de propriedade do Município Contratante, sendo vedada sua utilização para fins diversos da execução contratual sem prévia e expressa autorização.

24.2. Este Termo de Referência e seus anexos integrarão o contrato a ser firmado com a CONTRATADA, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

25. ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste Termo de Referência:

25.2. Apêndice I – Matriz de Riscos.

Responsável pelas informações:

Andrea Helena Costa
Secretaria Executiva CIABC-GO

Aprovado por:

CLAYTON PEREIRA DE MELO
Presidente do Consórcio (Prefeito de Itauçu/GO)



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Apêndice I do TR: MAPA DE RISCO

1. MAPA DE RISCO NA LICITAÇÃO

O Mapa de Risco é uma ferramenta de análise que irá gerar um documento, utilizado para identificar os principais riscos intrínsecos ao processo de licitação, com ações que viabilizam controle, prevenção e mitigação dos impactos.

A atualização das informações contidas no Mapa de Risco é contínua, pois todo o processo da gestão de riscos prossegue durante a licitação, com ênfase para: monitoramento dos riscos e das medidas tomadas, comunicação e documentação das informações inerentes à gestão de riscos.

O Mapa de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

- Durante a fase de planejamento a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
- Durante a fase de Seleção do Fornecedor, os servidores devem proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Riscos;
- Durante a fase de Órgão Contratante, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Riscos, procedendo à reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores com a atualização de suas respectivas ações de tratamento, identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

Para cada risco identificado é necessário definir a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Posteriormente a essa ação, executa-se uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos, por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, como a tabela a seguir:

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCI GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Alto	15
------	----

Tabela 1: Classificação de escala da probabilidade e do impacto

A descrição dos impactos é:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento;

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade;

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal qual resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e Órgão Contratante. A Matriz Probabilidade x Impacto (3x3) utilizada no presente documento, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco, é representada pela tabela a seguir:

75	150	225
50	100	150
25	50	75

			15
			10
			5
5	10	15	
Impacto (I)			



CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Tabela 2: Matriz Probabilidade x Impacto

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz *Probabilidade x Impacto*. Caso o risco enquadre-se na região verde seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela entende-se como nível de risco médio. Já na região vermelha entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto serão adotadas as medidas preventivas previstas no mapeamento de riscos.

Quanto às ações pertinentes no mapa de risco, a ação preventiva se dará com o intuito de observar com antecedência o risco e concluir sobre as prováveis consequências. Já a ação de contingência tem o caráter de definir as estratégias de como o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL irá responder a eventos importantes que afetam os planos originais.

Os riscos podem ser identificados e agrupados em categorias para facilitar o seu gerenciamento.

Abaixo algumas sugestões de categorias:

- **Estratégicos:** estão associados à tomada de decisão que pode afetar negativamente o alcance dos objetivos da Administração;
- **Operacional:** eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
- **Orçamentário:** eventos que podem comprometer a capacidade da entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;
- **Reputação ou Imagem:** eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (parceiros, consorciados, população etc.) na Administração;
- **Conformidade Legal:** eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades da Administração.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento:



Id	Risco	Relacionado (à): ¹	Responsável: ²	P ³	I ⁴	Nível de Risco (P x I) ⁵
R01	Ausência de Estudos Técnicos Preliminares	Operacional	Planejamento da Contratação	5	15	75
R02	Estudo Técnico Preliminar inconclusivo	Operacional	Planejamento da Contratação	5	15	75
R03	Falha nos elementos descritivos do objeto licitado	Operacional	Planejamento da Contratação	5	10	50
R04	Possuir falha na realização da pesquisa de preços para contratação de serviços de dedetização, sanitização, descupinização, desratização e correlatos	Operacional	Planejamento da Contratação	10	15	150
R05	Estimativa de preço em descompasso com os valores praticados no mercado	Operacional	Planejamento da Contratação	5	10	50
R06	Não realizar procedimento público de Intenção de Registro de Preço (IRP)	Estratégico	Planejamento da Contratação	5	15	75
R07	Termo de Referência Incompleto ou Inconsistente	Operacional	Planejamento da Contratação	10	15	150
R08	Ausência de validação do Termo de Referência pelos supervisores	Operacional	Planejamento da Contratação	5	10	50



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

R09	Contratação com preço acima da média do mercado	Orçamentário	Planejamento da Contratação	5	15	75
R10	Habilitar uma empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa	Operacional	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R11	Impugnação do edital na elaboração do Ato Convocatório	Conformidade Legal	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R12	Atraso ou suspensão do processo licitatório em face de impugnações	Reputação ou Imagem	Seleção do Fornecedor	5	5	25
R13	Adjudicação ou Homologação para empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa	Orçamentário	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R14	Seleção de prestador sem condições de cumprir o contrato	Orçamentário	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R15	Falta de capacidade técnico operacional da empresa contratada	Estratégico	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R16	Falta de pessoal para a fiscalização pelo Órgão Contratante	Operacional	Órgão Contratante	5	15	75
R17	Não apresentação de garantias de execução contratual	Orçamentário	Órgão Contratante	10	15	150
R18	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais	Conformidade Legal	Órgão Contratante	5	15	75



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

R19	Execução em desacordo, incluindo aplicação inadequada de produtos químicos, descumprimento de normas sanitárias e falhas na execução dos serviços de controle de pragas	Conformidade Legal	Órgão Contratante	15	15	225
R20	Contratos com Deficiência em Cláusulas e Regramento	Operacional	Órgão Contratante	5	10	50
R21	Possível falha no sistema informatizado na gestão de contratos	Operacional	Órgão Contratante	5	15	75

Tabela 3 – Síntese dos riscos identificados e classificados

Legenda: P – Probabilidade; I - Impacto

¹ A qual natureza o risco está associado.

² A qual processo interno o risco está associado.

³ Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerias ou matemáticos (ISO/IEC 31000, item 2.19)

⁴ Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000, item 2.1).

⁵ Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000, item 2.23 e IN SGD/ME n 94, de 2022, art. 2º, inciso XIII).

3. RISCOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO LICITATÓRIO	
O presente mapeamento de riscos tem como objetivo prever os possíveis riscos envolvidos no objeto do processo licitatório, buscando antever dificuldades enfrentadas pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL, especialmente na falha ou ausência do serviço almejado, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.	
1. Informações do Processo	
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação de



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

		serviços de dedetização, sanitização, descupinização, desratização, retiradas de pombos e morcegos e limpeza de caixa d'água, com vistas ao atendimento das unidades públicas e demais ambientes coletivos dos municípios integrantes ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL (CIABC/GO), no estado de Goiás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.					
Processo Administrativo Licitatório nº:		007.03.2026					
2. Lista de Verificação							
A lista de verificação contida no Processo Administrativo Licitatório foi devidamente preenchida e está de acordo com o cumprimento dos itens citados.							X
3. Mapeamento dos Riscos							
Fase de Análise: Planejamento da Contratação							
Risco 01:		Ausência de Estudo Técnico Preliminar					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:		Induz à contratação que não produz resultados capazes de atender a necessidade do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL ou dos entes da federação consorciados					
Dano 2:		Desperdício de recursos públicos (financeiro, pessoal)					
Id	Ação Preventiva					Responsável	
1	Possuir controle interno dos processos com suas respectivas necessidades documentais					Planejamento da Contratação	
Id	Ação de Contingência					Responsável	
1	Detecção de falha e paralisação no processo para elaboração do Estudo Técnico Preliminar					Planejamento da Contratação	
Fase de Análise: Planejamento da Contratação							
Risco 02:		Estudo Técnico Preliminar inconclusivo					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X	Alto



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Dano 1:	Não permite que o Estudo Técnico Preliminar atinja seu objetivo						
Dano 2:	Gastos com processo licitatório ineficiente (financeiro, pessoal)						
Id		Ação Preventiva				Responsável	
1		Técnicos capacitados descrevem o conteúdo do Estudo Técnico Preliminar				Planejamento da Contratação	
2		Possuir modelos padrões que auxiliem o técnico na elaboração do documento				Planejamento da Contratação	
Id		Ação de Contingência				Responsável	
1		Corrigir as ausências detectadas Estudo Técnico Preliminar				Planejamento da Contratação	
2		Solicitar auxílio do jurídico para interpretação do conteúdo necessário e elaboração de conclusão				Planejamento da Contratação	
Fase de Análise: Planejamento da Contratação							
Risco 03:		Falha nos elementos descritivos do objeto licitado					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:			Baixo	X	Médio		Alto
Dano 1:		Inclusão de característica não condizentes ao atendimento da necessidade					
Dano 2:		Tal característica não condizente só seja identificada apenas na fase externa do procedimento de contratação					
Dano 3:		Possibilidade de sobrepreço para a Administração Pública					
Dano 4:		Manipulação indevida no contrato original					
Id		Ação Preventiva				Responsável	
1		Realização de uma pesquisa com clareza e precisão sobre o objeto a ser licitado				Planejamento da Contratação	
2		Técnico responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar com qualificação técnica do objeto de estudo				Planejamento da Contratação	
Id		Ação de Contingência				Responsável	



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

1	Treinamentos e cursos para constante aperfeiçoamento para que essa falha não se repetir	Planejamento da Contratação
---	---	-----------------------------

Fase de Análise: Planejamento da Contratação							
Risco 04:		Possuir falha na realização da pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral					
Probabilidade:			Baixa	X	Média		Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:		Estudo de apenas uma solução de mercado					
Dano 2:		Solução que não atende aos resultados pretendidos					
Dano 3:		Fragilidade na justificativa da contratação					
Dano 4:		Edital ser impugnado					
Dano 5:		Preço de referência em desconformidade com o mercado					
Id		Ação Preventiva				Responsável	
1		Realizar estudo comparativo entre várias soluções do objeto em questão				Planejamento da Contratação	
2		Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, através de atas e bancos de preços, consultar sites da internet				Planejamento da Contratação	
3		Elaborar Estudo Técnico Preliminar, que apresente estudo comparativo realizado				Planejamento da Contratação	
Id		Ação de Contingência				Responsável	
1		Priorizar demandas de pesquisa que serão conduzidas e acompanhadas pela equipe de planejamento				Planejamento da Contratação	
2		Seguir a Resolução do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL				Planejamento da Contratação	
Fase de Análise: Planejamento da Contratação							
Risco 05:		Estimativa de preço em descompasso com os valores praticados no mercado					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:			Baixo	X	Médio		Alto



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Dano 1:		Item deserto	
Dano 2:		Contratação por preço elevado	
Id	Ação Preventiva		Responsável

1	De acordo com o planejamento do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL, realizar adequada pesquisa de mercado	Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Em caso de itens desertos, avaliar a necessidade de elaborar processo complementar	Planejamento da Contratação

Fase de Análise: Planejamento da Contratação

Risco 06:	Não realizar procedimento público de Intenção de Registro de Preço (IRP)					
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto

Dano 1:	Estimativa do quantitativo inconsistente ou incompleto
Dano 2:	Diminuição da competitividade
Dano 3:	Lentidão das aquisições
Dano 4:	Gastos com recursos
Dano 5:	Processo licitatório não otimizado
Dano 6:	Não obtenção dos melhores preços por meio de economia de escala

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar cadastro no sistema com a Intenção de Registro de Preço	Planejamento da Contratação
2	Aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens	Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Realizar cadastro no sistema com a Intenção de Registro de Preço	Planejamento da Contratação

Fase de Análise: Planejamento da Contratação



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABC/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Risco 07:	Termo de Referência Incompleto ou Inconsistente				
Probabilidade:	Baixa	X	Média		Alta
Impacto:	Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	O Termo de Referência incompleto ou inconsistente, cujo conteúdo não permite				

	embasamento para elaboração do edital						
Dano 2:	Contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual, ocasionando desperdício de recursos						
Id	Ação Preventiva				Responsável		
1	Realizar um checklist dos conteúdos previstos do inciso XXIII do Art. 6º e do §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021				Planejamento da Contratação		
2	Elaborar modelos padrões que auxiliem o técnico na elaboração do documento				Planejamento da Contratação		
3	Solicitar assessoramento jurídico na elaboração do documento				Assessoramento Jurídico		
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1	Revisão do Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes				Assessoramento Jurídico e/ou Planejamento		
Fase de Análise: Planejamento da Contratação							
Risco 08:		Ausência de validação do Termo de Referência pelos supervisores					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:			Baixo	X	Médio		Alto
Dano 1:	Atraso na contratação do objeto						
Dano 2:	Impugnação de algum item e por consequência do edital						
Id	Ação Preventiva				Responsável		
1	Adoção de lista de verificação de processos				Planejamento da Contratação		
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1	Encaminhar ao supervisor competente o processo para validação do Termo de Referência				Planejamento da Contratação		



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Fase de Análise: Planejamento da Contratação						
Risco 09:	Contratação com preço acima da média do mercado					
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Comprometimento da economicidade da contratação					

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar uma ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado da área do objeto a ser licitado	Planejamento da Contratação
2	Comparar com licitações de outras instituições de referência em boas práticas de contratações	Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir imediatamente o mecanismo deficiente	Planejamento da Contratação

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor						
Risco 10:	Habilitar uma empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa					
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Recursos administrativos e judiciais					

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Atenção aos requisitos do edital	Seleção do Fornecedor
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Implantação de programa de integridade	Seleção do Fornecedor

Fase de Análise: Seleção do Fornecedor						
Risco 11:	Impugnação do edital na Elaboração do Ato Convocatório					
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto



Dano 1:	Atraso, anulação ou revogação da licitação	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Verificar a existência de cláusulas restritivas ou passivas de nulidades	Assessoramento Jurídico
2	Adotar editais padrões previamente aprovados pelo assessoramento jurídico	Seleção do Fornecedor

Id	Ação de Contingência						Responsável
1	Retirar as cláusulas restritivas ou passíveis de nulidade						Assessoramento Jurídico
Fase de Análise: Seleção do Fornecedor							
Risco 12:		Atraso ou suspensão do processo licitatório em face de impugnações					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		X	Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Atraso na contratação						
Dano 2:	Retrabalho						
Id	Ação Preventiva						Responsável
1	Definição de critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle						Seleção do Fornecedor
2	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares						Seleção do Fornecedor
3	Observar as recomendações da área jurídica do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO AUTÁRQUICO BRASIL CENTRAL						Seleção do Fornecedor
4	Revisar os documentos que compõem o instrumento convocatório						Seleção do Fornecedor
Id	Ação de Contingência						Responsável
1	Alocação integral da equipe inerente à contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório						Seleção do Fornecedor
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório						Seleção do Fornecedor
3	Ajuste e republicação do edital						Seleção do Fornecedor
Fase de Análise: Seleção do Fornecedor							



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Risco 13:	Adjudicação ou homologação para empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa					
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Prorrogação da finalização					

Dano 2:		Revogação ou anulação da licitação após a homologação					
Dano 3:		Problemas na Órgão Contratante					
Id	Ação Preventiva				Responsável		
1	Processo de reavaliação das propostas das empresas de acordo com as exigências do edital				Seleção do Fornecedor		
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1	Aferir se todos os requisitos do edital foram plenamente atendidos pelos licitantes				Seleção do Fornecedor		
Fase de Análise: Seleção do Fornecedor							
Risco 14:		Seleção de prestador de serviço sem condições de cumprir o contrato					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta
Impacto:			Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:		Hipótese de extinção do contrato					
Id	Ação Preventiva				Responsável		
1	Exigência de qualificação técnica compatível com o objeto				Seleção do Fornecedor		
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1	Realizar aplicação de sanções				Assessoramento Jurídico		
2	Rescisão contratual				Assessoramento Jurídico		
Fase de Análise: Seleção do Fornecedor							
Risco 15:		Falta de capacidade técnico operacional da empresa contratada					
Probabilidade:		X	Baixa		Média		Alta



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Inexecução contratual					
Id	Ação Preventiva					Responsável

1	Exigência de requisitos de qualificação técnica e econômica adequados ao objeto licitado	Seleção do Fornecedor
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Verificar se a empresa atende aos requisitos exigidos na fase de Habilitação	Seleção do Fornecedor

Fase de Análise: Órgão Contratante

Risco 16:	Falta de pessoal para a fiscalização e Órgão Contratante					
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	não atendimento adequado dos serviços contratados às necessidades técnicas e de negócio					

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Recrutar e capacitar novos integrantes	Órgão Contratante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Redistribuição de atividades entre servidores e priorização de demanda	Órgão Contratante

Fase de Análise: Órgão Contratante

Risco 17:	Não apresentação de garantias de execução contratual					
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto

Dano 1:	Prejuízo aos recursos financeiros públicos	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Exigir garantias de execução contratual	Órgão Contratante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Apuração e penalidade	Órgão Contratante

Fase de Análise: Órgão Contratante



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Risco 18:	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais
------------------	---

Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a Administração					
Id	Ação Preventiva					Responsável
1	Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessária à execução do objeto					Órgão Contratante
Id	Ação de Contingência					Responsável
1	Convocar remanescente					Órgão Contratante
Fase de Análise: Órgão Contratante						
Risco 19:		Execução em desacordo com o contrato				
Probabilidade:		Baixa		Média	X	Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Dano 1:	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração					
Id	Ação Preventiva					Responsável
1	Verificar se a empresa terceirizada executou corretamente o serviço					Órgão Contratante
Id	Ação de Contingência					Responsável
1	Não liberação de pagamento					Órgão Contratante
Fase de Análise: Órgão Contratante						
Risco 20:		Contratos com deficiência em cláusulas e regramento				
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixo	X	Médio		Alto
Dano 1:	não conseguir assegurar a adequada prestação dos serviços aos municípios consorciados					
Id	Ação Preventiva					Responsável
1	Atenção na elaboração do contrato seguindo rito dos elementos essenciais do Art. 92 da Lei Federal n. 14.133/21					Órgão Contratante



**CONSÓRCIO
INTERFEDERATIVO
AUTÁRQUICO
BRASIL CENTRAL**
GOIÁS | CIABCI/GO | BRASIL

Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO

Rua 94-A nº 77 - Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070

CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33

www.ciabc.com.br

E-mail: ciabc@ciabc.com.br

Fundado em 21/06/2013

Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Manter treinamento na equipe técnica de elaboração	Órgão Contratante
Fase de Análise: Órgão Contratante		
Risco 21:	Possível falha no sistema informatizado na gestão de contratos	
Probabilidade:	X Baixa	Média Alta
Impacto:	Baixo	Médio X Alto
Dano 1:	Deixar de atender efetivamente o município	
Dano 2:	Os municípios não conseguem acessar e utilizar a central de compras	
Dano 3:	Não obtenção de economia de escala	
Dano 4:	Não racionalização de processos	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Manter contratação de software	Órgão Contratante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Manutenção do software e atualizações constantes por parte de equipe técnica	Órgão Contratante

Equipe de Planejamento:

Goiânia-GO, 31 de março de 2026.

ANDREA HELENA COSTA
Secretaria Executiva

CLAYTON PEREIRA DE MELO
Presidente